

FOTOGRAFAR A FOME: A DENÚNCIA DA MISÉRIA POR MEIO DOS CORPOS FEMININOS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

PHOTOGRAPHING HUNGER: DENOUNCING POVERTY THROUGH FEMALE BODIES IN BRAZIL AND COLOMBIA

Júlio César Rigoni Filho ¹

Resumo

A partir de um diálogo entre os contextos da fome no Brasil e da Colômbia, o artigo promove uma revisão crítica da miséria como construção social, ancorada em heranças coloniais e dinâmicas de exclusão e vitimização de mulheres. A partir de quatro imagens jornalísticas, como objeto de análise, a investigação examina como a exposição midiática da fome evidencia, por um lado, a feminilização da miséria e, por outro, as estratégias de sobrevivência e reexistência protagonizadas por mulheres em contextos de extrema vulnerabilidade. Para tanto, resgatam-se as teses rancierianas sobre imagem, consensualismo, cenas dissensuais e política, concluindo que, embora marcadas pela dor, essas imagens e trajetórias revelam formas potentes de enfrentamento da precariedade, reconfigurando o campo do cuidado e da dignidade como prática coletiva e insurgente.

Palavras-chave

Estético-política; fome; imagens; jornalismo; mulheres.

Abstract

Based on a dialogue between the contexts of hunger in Brazil and Colombia, the article promotes a critical review of poverty as a social construct, anchored in colonial legacies and dynamics of exclusion and victimization of women. Using four journalistic images as objects of analysis, the research examines how media coverage of hunger highlights, on the one hand, the feminization of poverty and, on the other, the strategies of survival and reexistence employed by women in contexts of extreme vulnerability. To this end, Rancière's theses on image, consensualism, scenes of dissent and politics are revisited, concluding that, although marked by pain, these images and trajectories reveal powerful ways of coping with precariousness, reconfiguring the field of care and dignity as a collective and insurgent practice.

Keywords

Aesthetic-politics; hunger; images; journalism; women.

¹ Doutorando e Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná, com estágio doutoral no Departamento de Filosofia da Universidad de Los Andes (PDSE-CAPES). Email: julinhorigoni@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7768271792382421>.

Introdução

Abordar a situação da fome da América Latina envolve adentrar uma série de questões, desde o que os alimentos significam até os corpos que os consomem, em consonância com processos históricos complexos e que englobam aspectos locais, mudanças epistêmicas e científicas, progressos tecnológicos (e industriais) e outras formas de governo sobre os corpos (Pohl-Valero e Domínguez, 2021).

Em uma aproximação desse pensamento, pode-se convocar a clássica declaração do sociólogo brasileiro Josué Castro (1984), de que a fome brasileira é uma criação humana, fruto das heranças escravocratas e agroexportadoras do país, que é contrária à própria humanidade, mas que pode ser desconstruída. Prova disso são os relatos de Carolina Maria de Jesus (1960), que rotulou a fome como uma escravidão, usando o amarelo para descrever o enfraquecimento corpóreo causado pela miséria.

Já na Colômbia, na coletânea de crônicas, da década de 1970, do jornalista German Castro Caycedo (2015), há o tema da fome nas áreas rurais da nação. Por meio de testemunho de sobreviventes das mazelas sociais e da violência no país, diante do abandono do Estado, emerge o relato sobre a fome de uma mulher campesina, Flor María Rintá, da cidade de San José del Guaviare. A mulher relata sua migração em busca de seus familiares e de emprego em fazendas da região, submetendo-se a explorações e a trabalhos análogos à escravidão, em busca de melhorar a vida de sua família. Mas, como ela mesma aponta: "quem sabe quando será, porque mal conseguimos algo para comer²" (Caycedo, 2015, p.20).

Cabe salientar que, no contexto dos dois países, a situação da fome e da miséria agrava-se na vida de mulheres. Embora a situação de miséria no Brasil esteja em queda, as brasileiras negras são as mais afetadas pela insegurança alimentar, 12,5% delas enfrentam situações de insegurança moderada ou severa em 2024 (Agência Brasil, 2024). Entre as colombianas houve um aumento da insegurança alimentar, chegando a patamares de quase 45% das mulheres do país, com dados levantados em 2019. Cabe salientar o fato de os dados revelarem que, nos dois países, os lares chefiados por mulheres têm maior risco de insegurança alimentar (FAO, 2025).

Assim sendo, a partir de imagens jornalísticas, observam-se os modos de vida diante das situações de exclusão humana, sobretudo os impactos da vulnerabilidade e da precariedade na vida de mulheres, ao hipotetizar que as imagens jornalísticas sobre a fome e a miséria, embora denunciem a precariedade sofrida por corpos femininos na América do Sul, revelam as estratégias de fazer e de viver de tais corpos para sobreviver à miséria, em marcadores de desigualdade que classificam certos corpos como miseráveis; lógica que, na maioria dos casos, reproduz aspectos coloniais, além de um "tratamento feminilizante das práticas sociais noticiadas³" (Ibarra, Loureiro e Ruano, 2024, p.4, tradução do autor).

Tomando como ponto de partida tal cenário, e tal hipótese de estudo, em ambos os países, o artigo estrutura-se em três momentos: inicialmente, realiza-se uma aproximação teórica entre a fome e o colonialismo na exposição midiática do sofrimento,

² "quién sabe cuándo será, porque escasamente conseguimos para comer algo" (Caycedo, 2015, p.20).

³ "el tratamiento feminizante de las prácticas sociales noticiadas" (Ibarra, Loureiro e Ruano, 2024, p.4).

aproximando as realidades de Brasil e Colômbia a partir dos paradoxos inerentes na exposição e visibilidade de cenas de precariedade e fome; na sequência, passa-se a analisar duas fotografias, de 2020 e 2021, que retratam o drama de famílias durante a pandemia de COVID-19 e, por fim, abordam-se outras duas fotografias que restituem a potência de reexistência e agência política de mulheres empobrecidas, em movimentos sociais mobilizados em cada um dos países, para além da mera visibilidade do sofrimento.

Entende-se, em um aspecto ligado à dignidade humana, a fome como uma violação de direitos, manifestada pela instabilidade enfrentada por muitos para garantir sua sobrevivência, em um campo de contradições causadas pelo modo de produção capitalista (Campello, 2022). As conclusões das análises das imagens impulsionam discussões sobre a condição de sobrevivência a partir da reexistência, a partir da importância de movimentos sociais de combate à fome protagonizados por mulheres, nos dois países, como ato político de reconfiguração dos danos sociais e dos consensos midiáticos. O conceito de reexistência surge como uma resposta às múltiplas formas de devastação sofridas por comunidades indígenas e camponesas na América Latina, desde a conquista até os impactos contemporâneos de políticas desenvolvimentistas e neoliberais (Quintana, 2025).

Aproximações entre a fome e o colonialismo na abordagem midiática

A colonialidade não se trata apenas do período colonial, mas da permanência de aspectos econômicos, sociais e culturais no cotidiano das nações latino-americanas. A emancipação política desses países não significou um rompimento com as práticas exploratórias e de dominação impostas por países mais ricos. Isso vale também para o campo da produção de conhecimentos, a partir de uma epistemologia que renegou o espaço das produções intelectuais e dos saberes originados nos países latino-americanos, caracterizando uma violência epistêmica, para retomar o conceito cunhado por Castro-Gómez (2005). A persistência das estruturas coloniais, como salienta Lélia Gonzalez (1988), marginalizam os saberes e as experiências de mulheres negras e indígenas, tornando suas práticas cotidianas e resistências invisíveis dentro dos discursos dominantes.

De tal modo, entende-se que a violação cotidiana do acesso à alimentação em países como o Brasil e a Colômbia decorre do histórico colonizador baseado em relações de dominação que insistem em persistir. Além disso, as maneiras pelas quais os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos envolvem uma lógica eurocêntrica. No ato de comer estão diversos aspectos, como a seleção dietética pela melhor nutrição por parte dos grupos de maior poder aquisitivo, além de imposições econômicas e vantagens de certos grupos dominantes (Miller, 2016). Na perspectiva de Angela Davis (2016), tal fenômeno consiste na feminilização da fome e na sobrecarga do trabalho de cuidado imposta às mulheres, especialmente negras em contextos de desigualdade estrutural.

Em 2014, o Brasil deixou o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), devido às políticas desenvolvidas desde os anos 2000 sobre a composição de um valor mínimo de auxílio para famílias carentes, o Bolsa Família, a valorização da agricultura familiar e o fornecimento de merendas com sustância nas redes públicas de ensino, pelo Programa Nacional de Aquisição. Todavia, com o desmantelamento institucional do Estado brasileiro, promovido pelo golpe parlamentar de 2016 e com os movimentos antidemocráticos que impulsionaram a ascensão de um governo de extrema-direita, além do momento social e histórico no qual a pandemia da COVID-19 acentuou a miséria e as desigualdades, o país voltou ao Mapa da Fome da ONU em 2022.

Sobre o assunto, cabe levantar um estudo conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), essa pesquisa aponta que 33,1 milhões de brasileiros encontram-se em situação de fome. Ainda, mais de 125 milhões de brasileiros não têm acesso pleno a todas as refeições diárias, dado que coloca o país em um retrocesso de aproximadamente 30 anos. Os dados asseveram o entrelaçamento entre raça, classe e gênero; como enfatiza Davis (2016). Com isso, as políticas públicas precisam considerar essas dimensões interseccionais para serem efetivas.

Programas sociais de redistribuição de renda, alimentação escolar e de combate à fome e à miséria foram introduzidos amplamente no Brasil recente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Lula, a partir de 2002. Tratava-se de uma das principais bases defendidas pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores. Como atestam pesquisadores, como Bacelar (2022) e Campello (2022), seus governos, seguidos pelos de Dilma Rousseff, retiraram o Brasil das estatísticas alarmantes sobre a fome, a mortalidade infantil e a desnutrição. Entretanto, tais iniciativas foram desmanteladas por governos posteriores, além do agravamento da situação de miséria em decorrência da pandemia.

Dados recentes, de 2025, mostram melhorias na segurança alimentar no Brasil, com a saída do país de tal Mapa da Fome, embora a insegurança alimentar ainda afete milhões de lares. Em 2023, a insegurança alimentar severa caiu 85% e, em 2025, o Brasil registrou uma redução significativa, com 1,7 milhão de pessoas a menos em situação de subalimentação. Contudo, 27,6% dos domicílios ainda enfrentavam alguma insegurança alimentar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, 8,4 milhões de brasileiros passaram fome no triênio 2021-2023, segundo a ONU. Deve-se atentar que o Brasil possui 27,6% dos lares com insegurança alimentar.

Já no cenário colombiano, dados de 2025 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) apontam que 25,5% dos lares enfrentam uma insegurança alimentar moderada ou grave. Em áreas rurais, devido aos conflitos armados e às mudanças climáticas, a situação é pior. No caso da insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, 4,9% das famílias na Colômbia foram atingidas.

Na Colômbia, houve a criação, em 2023, do *Ministerio de Igualdad y Equidad* (2025), responsável pelo programa *hambre cero* (ou fome zero, em português), além da Política Nacional de Cuidado, com o intuito de reduzir a desigualdade de gênero e redistribuir os trabalhos relacionados ao cuidado, o que possui ligação direta com a miséria e a insegurança alimentar.

Cabe destacar que, no cenário colombiano, a FAO (2022) sugere que as mulheres em zonas rurais são responsáveis por mais de 50% da produção alimentar, atuando em trabalhos de cultivo, preservação de saberes tradicionais e colheita de alimentos. E, mesmo assim, paradoxalmente, são elas as que mais enfrentam as mazelas da miséria e da fome, com marginalização e baixos salários, por exemplo.

Embora as famílias rurais estejam em maior evidência nas estatísticas, pesquisadores como Sanchez-Céspedes et al. (2022) alertam que, nas áreas urbanas, as famílias tendem a sofrer insegurança alimentar grave ou moderada, ao passo que, nas áreas rurais, há a insegurança alimentar leve. Tal variação decorre do fato de que as mulheres chefes de famílias rurais realizam algumas estratégias para o enfrentamento da fome, como a venda de sementes ou a criação de animais.

Assim, deve-se destacar que as mulheres chefes de família rurais são mais bem-sucedidas na mitigação da fome do que seus homólogos masculinos, por meio de estratégias planejadas para o enfrentamento de possíveis situações de insegurança alimentar. Entretanto, como salientam os autores, a capacidade das mulheres em solucionar questões de mazelas ligadas à fome não significa a capacidade de superar tais obstáculos, pois o fenômeno da miséria está intimamente associado aos fatores sociais, econômicos e culturais (Sanchez-Céspedes et al., 2022).

Portanto, discutir a questão da fome entre os dois países é, conseqüentemente, discutir a desigualdade de gêneros.

No caso da cobertura midiática sobre o assunto fome na Colômbia, há a ausência de menções aos sujeitos homens, o que "apaga a responsabilidade dos sujeitos masculinos na situação de vulnerabilidade relatada, por exemplo, os pais no cuidado dos filhos retratados. Esse silêncio reforça o equívoco de atribuir essa responsabilidade às mulheres"⁴ (Ibarra, Loureiro e Ruano, 2024, p. 80, tradução do autor). A invisibilização reforça, de acordo com Gonzalez (1988), a colonialidade de raça e gênero: mulheres negras e camponesas são exclusivamente responsáveis pela sobrevivência familiar, naturalizando sua exploração e justificando a ausência do Estado em políticas de redistribuição de renda e de combate à miséria.

Em aspectos sociais, nota-se que, em ambos os países, há um tipo de hierarquia entre os grupos humanos, para além de aspectos como a cor da pele, o acúmulo de capital e gênero, aspectos tipicamente envolvidos na realidade colonial, considerando modos e hábitos alimentares das populações indígenas e africanas como inferiores em relação à metrópole, ou pela apropriação de alimentos dos povos colonizados. A comida tornou-se outro campo de hegemonia sociocultural, ancorado na lógica da submissão e da violência que marca o regime colonial, inclusive, tais hierarquizações históricas feminilizam a pobreza e conectam ao trabalho feminino a responsabilidade pela fome (Davis, 2016; Miller, 2016).

Considera-se ainda, na observação de Miller (2016), que diversos produtos típicos dos países latino-americanos foram substituídos por alimentos importados, com

4 *apaga la responsabilidad de los sujetos masculinos en la situación de vulnerabilidad denunciada, por ejemplo, los padres en el cuidado de los niños representados. Ese silenciamiento refuerza el equívoco de atribuir a las mujeres esa responsabilidad* (Ibarra, Loureiro e Ruano, 2024, p.80).

altos valores para compra e com baixo valor nutritivo, ao passo que as nações mais ricas absorvem os produtos originados das regiões americanas.

A indústria alimentícia está intrinsecamente associada à lógica cultural e mercadológica do sistema capitalista, em um regime de reprodução das forças de trabalho em prol da produção agrícola, processamento e distribuição de seus produtos, além de vendê-los sob a égide de valores, sentidos e estilos de vida, tendo a publicidade como sua força motriz. Cabe ressaltar que o agronegócio brasileiro reforça o modelo de monocultura e monopolização dos mercados, algo que corrói o sistema de produção, distribuição e abastecimento de alimentos. Além disso, destaca-se o uso de agrotóxicos, o desmatamento e, em alguns casos, o emprego de trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Como recordam Benvegnú e García (2020), os dispositivos de agronegócio são empreendimentos da modernidade colonial do ocidente, pois se elegem determinados alimentos para serem cultivados e produzidos a partir de uma lógica das commodities, ou seja, visando ao lucro ao invés da alimentação da população.

O desconhecimento da complexidade da fome é um obstáculo para soluções adequadas ao problema, pois o tema atravessa as dimensões biológica, econômica e social, simultaneamente. Inclusive, boa parte dos estudos sobre o tema concentra-se em apenas um aspecto do problema, sendo “quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações” (Castro, 1984, p.33).

Em longo estudo sobre o discurso midiático colombiano acerca da pobreza, Pardo (2008) aponta o uso de dados estatísticos para minimizar, ocultar, fragmentar e descontextualizar a complexidade do fenômeno. Tais traços, denominados pela autora de recursos de quantificação, servem a um falso propósito de objetividade, que, somado a outras estratégias, como o uso de discursos acadêmicos e científicos, corrobora para uma hierarquização dos saberes. Assim, sujeitos comuns, que muitas vezes enfrentam as privações causadas pela pobreza, são silenciados, sem que a mídia fomente a socialização dos saberes e da busca por soluções para os problemas sociais. Como descreve a autora: “o fenômeno da pobreza é apresentado na imprensa como imutável, ao atribuir-lhe um caráter histórico e permanente, que se articula ao fato da evidente concentração da riqueza em um setor minoritário do país⁵” (Pardo, 2008, p. 419).

Situação semelhante pode ser observada no Brasil, tendo em vista a concentração de renda no país e o fato de que a mídia hegemônica brasileira traz o tema da fome com um certo estranhamento ou surpresa, muitas vezes desprezando que, desde 2016, os dados sobre o aumento das situações de miséria e fome aumentam no país, por isso, as coberturas da imprensa “deveriam ser mais frequentes e completas” (Barreto et al., 2022, s.p.⁶). Todavia, a mídia aborda com maior ênfase aspectos estatísticos da fome, ao

5 El fenómeno de la pobreza se propone en la prensa como inmodificable, al atribuírsele un carácter histórico y permanente, que se articula al hecho de la evidente concentración de la riqueza en un sector minoritario del país (Pardo, 2008, p. 419).

6 Orientados pela Prof.a Dr.a Ivana Barreto, os estudantes Débora Santos, Gabriele Freitas, Mariana Rodrigues e Vivian Bonaço, membros do Observatório de Mídia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), coletaram matérias veiculadas entre 8 de março a 8 de julho nos portais G1, Estadão, Nexo e Poder 360. O período é próximo da divulgação do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, no dia 8 de junho de 2022.

estabelecer relações com o desemprego e a inflação, colocando-a de forma abstrata, mais voltada às explicações econômicas.

Campello (2022, p.9) aponta que, principalmente em 2021, as notícias diárias sobre a fome traziam a temática de forma superficial, que também oscilava: “ora tratavam o problema como parte da paisagem social brasileira – ‘sempre foi assim’ -, ora responsabilizavam a pandemia de covid-19 pelo caos econômico”.

Josué de Castro (1984, p.29) entende que esse silêncio premeditado expressa preconceitos e interesses morais, políticos e econômicos, “que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente”.

Mas isso não é recente, pois, como recorda Garcia (2022), a Ditadura Militar no Brasil proibia a imprensa de usar a palavra *fome* e mostrar as pessoas, incluindo crianças, que morriam por falta de alimentação no país. Por exemplo, no discurso midiático sobre a revolta dos desempregados na cidade de São Paulo, em abril de 1983, forjou-se um discurso consensual que limitou a ação de luta travada pelos sujeitos famintos, isso por meio das empresas de mídia hegemônica que rotularam o movimento como uma baderna (Teles, 2022).

Com essas reflexões e problematizações, analisam-se duas fotografias jornalísticas que objetivaram, de certa forma, humanizar e sensibilizar sobre questão da fome no Brasil e na Colômbia.

Corpos femininos e a exposição da fome: análise de imagens jornalísticas

Inicialmente, analisam-se duas fotografias jornalísticas, uma brasileira e a outra colombiana. A escolha das imagens deu-se por retratarem corpos femininos no enfrentamento da miséria e por terem sido amplamente divulgadas. Em aproximação com análises rancierianas mais recentes (Rancière; Jdey, 2021), tais imagens são cenas que compõem situações, organizam relações entre corpos, objetos e espaços, sobretudo nos aspectos da fome e de gênero. Trata-se de compreender que não observamos imagens isoladas, mas operações, cortes, intervalos e arranjos que configuram modos específicos de visibilidade e inteligibilidade da miséria.

A primeira imagem é uma fotografia produzida por Domingos Peixoto (2021) para o jornal O Globo, na matéria “Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados”, a qual explora os reflexos do aumento da miséria no país em decorrência da pandemia de COVID-19 (Souza e Sabóia, 2021). Inclusive, o fotojornalista foi laureado em 2022 pelo Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos por outro trabalho ligado à fome.

Já a fotografia colombiana trata-se de uma documentação jornalística sobre as pessoas que colocavam um pano vermelho em frente às casas para sinalizar que não tinham comida, durante a pandemia de COVID-19. Os fotojornalistas trabalharam com a ideia de que, o pano vermelho, como uma bandeira, denunciava a inexistência de proteção às pessoas em meio aos danos sociais causados pela emergência sanitária global. Tal trabalho fotográfico foi vencedor do prêmio *FotoEvidence Book Award 2021*.

Na sequência, apresentam-se as respectivas imagens:

Figura 1: Vanessa Avelino, 48 anos, também mora nas ruas do Rio e caminha até o ponto de distribuição, onde separa pelanca por pelanca, osso por osso em busca de algo melhor para pôr na sacola



Fonte: Peixoto, Domingos (2021) in: Souza e Sabóia (2021).

Moradores do Rio de Janeiro buscam restos de carne, pelanca e ossos, em um caminhão. Esses materiais serviriam de base para a fabricação de sabão e de ração canina. São as sobras descartadas por açougues e supermercados da região. Textualmente, a matéria aponta a “dor no coração” sentida pelo motorista desse caminhão ao deparar-se com essa situação de miséria.

A matéria aponta dados estatísticos sobre a ascensão e a predominância da fome no Brasil, principalmente a partir da pandemia de COVID-19. Destaca-se, inclusive, as dificuldades encontradas pela população em acessar o auxílio emergencial, renda disponibilizada pelo governo federal para sujeitos em maior vulnerabilidade no contexto pandêmico.

Já a segunda imagem, captada pelo fotojornalista Federico Rios, em 27 de abril de 2020, relata um momento crítico em Bogotá: famílias penduravam panos vermelhos nas janelas como forma de demonstrar que estavam em situação de insegurança alimentar.

Figura 2: Moradores estão pendurando bandeiras vermelhas nas janelas como símbolo de que não têm dinheiro nem comida durante o isolamento obrigatório devido à COVID-19⁷.



Fonte: Rios, Federico (2020).

Em relação a esse episódio dos panos vermelhos, Ibarra, Loureiro e Ruano lembram que, durante o ano de 2020, ocorreram diversos protestos na Colômbia com o objetivo de exigir investimentos públicos do governo nacional para enfrentar as dificuldades relacionadas às restrições sanitárias impostas pela pandemia. Assim sendo, a ideia dos trapos vermelhos em frente às residências originou-se de uma campanha promovida pela prefeitura do município de Soacha (Região Metropolitana de Bogotá), para identificar as famílias em precariedade e poder destiná-las cestas básicas, ou fomentar a solidariedade entre vizinhos.

A partir do contexto em que foram produzidas e publicadas ambas as imagens, pode-se afirmar que, nas duas nações, o cenário pandêmico trouxe aumentos significativos na pobreza. O fechamento de comércios, de empresas e a consequente redução das atividades econômicas afetaram, sobretudo, as famílias mais carentes. Não é apenas um desdobramento ocasional da crise imposta pela pandemia, mas expressão da feminilização da pobreza; as mulheres, especialmente as negras e as responsáveis pelo cuidado cotidiano, acumulam os efeitos da precarização econômica e da desproteção estatal, como argumenta Davis (2016).

Na linha de raciocínio de Ibarra, Loureiro e Ruano (2024), ao debruçarem-se sobre outras imagens da fome na Colômbia durante a pandemia, as fotografias neste artigo trazem as mulheres (e a criança, como na segunda imagem) como rostos da fome nos países. Destaca-se que a captura de imagens de sujeitos vulneráveis envolve a focalização das circunstâncias individuais que envolvem o dano exposto, a partir de enquadramentos e ângulos que potencializam a precariedade das situações de vida

⁷ *Inhabitants are hanging red flags from their windows as symbol that they don't have money or food during the mandatory isolation for Covid-19.*

enfrentadas (seja pelo fato de buscar alimentos em restos ou pelas moradias), o que escancara a multidimensionalidade de vulnerabilidades, logo, uma situação de precariedade, nos termos de Butler (2011), que tais mulheres enfrentam.

Ao observar tais imagens da fome, realiza-se o mesmo questionamento de Jacques Rancière (2012): o que torna essas imagens intoleráveis? Tal pergunta pode parecer, num primeiro momento, centrada apenas nos aspectos visíveis que causam dor e indignação no espectador. Todavia, essa problematização inicial impulsiona outra questão: é tolerável criar essas imagens de sofrimento e expô-las à visão dos outros? Isso pois a fome é intoleravelmente real para ser transposta em uma imagem, além de que muitas vezes não se respeita a dignidade dessas pessoas, representadas exclusivamente como famintas, marginalizadas da sociedade, sem possibilidades de emancipação. Esses recursos visuais fazem parte do mesmo regime de visibilidade da realidade, isto é, "exibe alternadamente sua face de aparência brilhante e seu avesso de verdade sórdida que compõem um único e mesmo espetáculo" (Rancière, 2012, p.84).

No entanto, como Rancière e Jdey (2021) explicam, o regime representativo busca uma eficácia previamente calculada — choque, compaixão, horror — operando por uma gramática fixa das paixões. Aqui importa compreender que as fotografias da fome tendem a repetir essa lógica, reforçando formas dominantes de visibilidade. Para escapar disso, é preciso tratá-las como operações de montagem que criam intervalos: fissuras entre o que mostram e o que silenciam. Essa é a operação intervalar das imagens: aquilo que não é mostrado, o que sobra, o que excede o enquadramento e que instaura dissenso.

Assim sendo, qual o limite entre o fotógrafo, no caso um jornalista, e a cena de sofrimento por ele observada e captada? Seria uma postura ética captar cada detalhe do drama da fome ou deveria recuar? Se o relato de situações de precariedade envolve um dilema ético, que se converte em uma postura estética, o desafio está em construir imagens autênticas que recusem estereótipos.

Por ser uma imagem na qual os sujeitos não estão posando para a câmera, isso permitiria um desconhecimento entre fotógrafo e fotografado, revelando a manipulação do primeiro em relação ao segundo. Todavia a reportagem busca identificar e aproximar-se da realidade das pessoas representadas, outra estratégia de sensibilização empregada, para além das imagens. Tal fenômeno, a partir da perspectiva de Rancière (2012), revela que há uma intolerável realidade oculta no paradoxo entre a exploração midiática da agropecuária como uma atividade fundamental e benéfica ao país, quase a romantizando, ao passo que a fome é convenientemente silenciada na imprensa.

Mas, quando são expostas cenas de vulnerabilidade relacionadas à fome, torna-se conveniente ao espectador "fechar os olhos ou desviar o olhar" (Rancière, 2012, p.85). Assim, para que uma imagem tenha efeito político, o espectador "deve sentir-se já culpado de olhar a imagem que deve provocar o seu sentimento de culpa. O simples fato de olhar as imagens que denunciam a realidade de um sistema já se mostra como cumplicidade nesse sistema" (*ibid.*, *ibid.*).

A representação da fome não é a produção visível de formas humanas colocadas em situações degradantes, como no caso da mulher que busca por alimento em

meio às carcaças armazenadas em um caminhão frigorífico, mas representar por meio de imagens é um “um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito” (*ibid.*, p.92).

Cada uma das imagens, nesse jogo mencionado pelo autor, forma a política da montagem; as relações que se estabelecem entre os discursos visuais e seus contextos de circulação, os gestos que organizam as fotografias, produzindo não uma representação da fome, mas uma cena que redistribui o sensível. Em suma, cada imagem fotográfica pode ser avaliada como parte de uma composição, de uma construção, e não como um elemento isolado (Rancière e Jdey, 2021).

Entretanto, a imagem não pode ser reduzida a uma mera explicação verbal das causas e dos efeitos da fome. Na interpretação de Marques (2017, p.43): “Rancière ressalta que não basta retratar uma situação social de penúria e sofrimento ou nutrir uma simpatia pelos explorados e desamparados para tornar uma imagem política”. Ou seja, a imagem não pode ser reduzida a um elemento representacional ou verbal que explique ao espectador a situação de mazela social.

No caso das imagens jornalísticas, a política não está nas pretensões do fotógrafo, mas na capacidade de tais imagens da fome em desvelarem as potências, reconfigurarem regimes de visibilidade e questionarem as ordens consensuais (Marques, 2017). O consensualismo, conforme demonstraram as incursões teóricas pelo campo da exposição midiática da fome, é um regime que não confere inteligibilidade (e capacidade de fala) aos sujeitos que enfrentam a fome: tais corpos, sobretudo os femininos, são expostos a partir de estatísticas, breves menções e pouca profundidade.

Compreender tais fotografias como cenas, ou seja, operações que articulam elementos visuais, materiais e discursivos (Rancière e Jdey, 2021), percebe-se como atuam politicamente as imagens, não por meramente denunciarem a fome, mas por instaurarem um intervalo na distribuição dominante do sensível.

As duas fotografias analisadas apontam para uma precariedade que nem mesmo elas são capazes de representar. Mas a realidade não está contida no cerne das imagens e sim pelo desafio de representar cenas como as da miséria e da fome. Proibir essas imagens é proibir o que pode ser conhecido a partir delas, de modo a apagar o sofrimento do outro, e não sanar as situações negativas que o afetam (Butler, 2011). O enquadramento visual reforça a colonialidade que racializa e hierarquiza corpos femininos (Gonzalez, 1988); logo, predominam-se leituras que naturalizam a associação entre mulheres negras, pobreza e marginalidade.

A fome estabelece uma condição de precariedade, para retomar as análises de Butler (2011), diante da insistência de fatores de marginalização e de produção das desigualdades pela ordem vigente, sem sequer que esses sofrendores sejam minimamente notados. Tornam-se meras estatísticas, como se percebe nas notícias atuais sobre a miséria no mundo, de forma geral.

Cabe reconhecer que as pesquisas sobre a fome no Brasil apontam que as mulheres, moradoras de áreas periféricas ou rurais, de baixa escolaridade, pobres e negras são as principais vítimas da fome. Já na Colômbia, são as mulheres das áreas rurais e, também, de áreas periféricas, em sua maioria, que enfrentam a fome e a miséria, sobre-

tudo, quando são responsáveis pelo sustento de suas famílias. Ou seja, há um padrão que articula raça, gênero e o trabalho de cuidado (Davis, 2016) com a permanência de estruturas coloniais contemporâneas que atravessam a vida das latino-americanas (Gonzalez, 1988), marcando a fome não como fenômeno socioeconômico, mas como algo racializado e feminino.

Assim sendo, defende-se que essas mulheres precisam ser colocadas no centro da discussão, para além da mera exposição (e exploração) de suas vulnerabilidades e sofrimentos, mas como agentes de transformação social em papéis de subversão da lógica dominante.

As mulheres camponesas formam diversos movimentos e ativismos em ambos os países. Na Colômbia, no município de Barrancabermeja, entre 2020 e 2022 promoveram-se diversos encontros de mulheres para reivindicar o acesso à terra e a autonomia alimentar, em resposta ao fenômeno da feminilização da fome, iniciativa que levou a criação do *Consejo de Mujeres Campesinas* (FIAN Colombia, 2023); já no Brasil, o Movimento Sem Terra (MST, 2022), por meio das mulheres sem terra, promoveram doações e distribuição de alimentos, a criação de cozinhas comunitárias e a atuação política em Jornadas; denunciando a imposição do agronegócio, o uso desenfreado de agrotóxicos e a crescente desigualdade social na pandemia (Sudré, 2020). Em ambas as nações, os movimentos de mulheres do campo encontram espaço para reivindicar o acesso à terra e o direito à alimentação.

Entende-se, em um transbordamento das teses rancierianas, que a potência política dessas mulheres conduz a um alargamento da ideia de cuidado, transformando-o em uma prática enraizada na defesa dos territórios e na resistência, de modo a demonstrar outras possibilidades de fazer e de ser no mundo, principalmente, diante das mazelas sociais.

A abordagem midiática da campanha dos trapos vermelhos em frente às residências na Colômbia fomenta a desinformação, pela sobreposição no discurso midiático de diversas complexidades, como fatores históricos, culturais e de colonização, temas complexos que são pouco explorados pelas matérias jornalísticas. Além disso, em outra face da desinformação, a campanha propiciou, por meio das imagens obtidas, como a analisada neste artigo, uma lógica de responsabilização das mulheres pela situação de fome e de miséria, algo que reafirma os papéis de gênero, sobretudo, nas representações midiáticas de mulheres (Ibarra, Loureiro e Ruano, 2024).

Todavia, diante das heranças de desigualdade e exploração de ambos os países, são os membros da elite que lucram com a miséria. O racismo e o preconceito se mantêm em ambas as sociedades, visível pelas desigualdades sociais advindas do período colonial. Um dos motivos para essa manutenção é a ideia de pacificação da população, algo que silencia descontentamentos e reivindicações. Formou-se um ideal de democracia que depende do combate à subversão da ordem, salientando que o criminoso seria uma pessoa advinda das camadas mais pobres da população (Teles, 2022).

Ao passo que as duas imagens expõem a reiteração figurativa dominante do período pandêmico (mulheres negras pobres em cenários de fome), buscam-se imagens

que explicitem práticas de reexistência, a partir de movimentos camponeses e redes de solidariedade em ambos os países.

Quintana (2025) lembra que, na América Latina, a reexistência assume que os danos sociais e ecológicos não são eventos aleatórios, mas processos históricos e localizados que afetam corpos, territórios e redes de interdependência entre humanos e não humanos. Ela valoriza práticas situadas que reconhecem essas interdependências, promovendo cuidado, territorialidade e persistência. A reexistência, assim, não apenas resiste, mas reconfigura a vida material e social, promovendo a criação de potencialidades dissonantes e emancipatórias em contextos historicamente devastados.

Em contraste com as imagens anteriores, intenta-se uma composição que não limita os corpos femininos a um lugar figurativo de vítimas. Na esteira rancieriana, pensando no contexto latino-americano, Quintana (2019) problematiza a inexistência de cenas dissensuais que permita a cada corpo, exposto de forma deliberada como sofredor, restaurar testemunhos próprios, agências políticas e demonstrações de subjetividades. Nas imagens subsequentes, as mulheres agem como articuladoras de alianças, de protagonismos e de práticas de reexistência.

O primeiro exemplo é da ação realizada pelas mulheres camponesas brasileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no norte do Paraná, em março de 2021. No contexto do agravamento da fome e da precarização das condições de vida, essas mulheres organizaram uma ampla mobilização, articulando produção agroecológica, cuidado coletivo e intervenção política. Ao ocupar o espaço urbano e articular redes de apoio territoriais, essas mulheres deslocaram o olhar frequentemente dirigido às populações pobres durante a pandemia para reafirmar sua condição de sujeitas políticas. A imagem seguinte, portanto, opera como um contracampo ao padrão dominante de visibilidade da miséria pandêmica.

Figura 3: Mulheres do MST Paraná



Fonte: Oliveria, Valeria (2021).

Já o segundo exemplo é de Cali, na Colômbia, sobre as *ollas comunitarias*: iniciativas de autogestão coletiva nas quais moradores — em grande parte mulheres das

próprias comunidades — assumiram o papel de alimentar os mais vulneráveis. Elas organizavam a chegada de doações, preparavam a comida e distribuíam entre pessoas em situação de pobreza. Além de saciar a fome, as cozinhas populares constituíram-se como espaços políticos de reexistência, sobretudo, diante do abandono estatal e das adversidades impostas pelo regime neoliberal, com lastros coloniais. As imagens e relatos dessas iniciativas, como a fotografia que segue, funcionam como testemunho da força da comunidade feminina na promoção da dignidade de muitos sujeitos empobrecidos.

Figura 4: Ollas comunitarias em Cali



Fonte: Muñoz, Katherine (2021).

Convocar outras duas imagens divergentes dos padrões das duas primeiras revela a afirmação que percorre este artigo: a de que, nos dois países, há uma contínua invenção de práticas políticas protagonizadas por mulheres campesinas e periféricas, práticas que escapam às narrativas habituais de sofrimento e ao mesmo tempo as desafiam.

Portanto, a composição das quatro imagens opera como justaposição dos diferentes regimes de visibilidade (Rancière e Jdey, 2021), algo que impede que o olhar se acomode ao expectar passivo da desigualdade. O espectador é confrontado com a distância entre o que se mostra e o que pode ser visto, desnaturalizando a lógica que programa a inteligibilidade das mulheres negras pobres apenas como corpos sofridos.

Considerações finais

As imagens analisadas no artigo resgatam uma certa humanização da fome, ao nomear, endereçar e identificar de forma específica as pessoas que sofrem com a privação do direito básico ao acesso à alimentação; mesmo que tais imagens respondam, de certa forma, a uma lógica de visibilidade do sofrimento humano. Todavia, mostram-se diferenciadas diante do consensualismo expresso pela mídia em simplesmente expor, com certa humanidade, as cenas de miséria, mas, não há um aprofundar das discussões sobre as causas da fome, além de evocar a feminilização do processo de miséria, situação que corrobora na manutenção de hierarquias de gênero e de desigualdades sociais.

Assim como no Brasil, as empresas de mídia, mesmo conscientes da realidade da fome na Colômbia, não estimularam a superação desse problema, servindo para reafirmar práticas sociais já consolidadas culturalmente: como a atribuição do trabalho do cuidado às mulheres ou o problema da fome como algo naturalizado no cotidiano, ou seja, uma espécie de engessamento das possibilidades de ação e transformação social.

A partir das reflexões rancierianas constata-se que não basta a fotografia comprometer-se com o presente, ou seja, exigir uma reação do observador como um sujeito simultaneamente político e vulnerável, ou tornar-se um diagnóstico do tempo presente ao atestar determinadas condições de precariedade. Logo, caracteriza-se como um gênero fotográfico que representa a dor do sujeito, a imagem exige uma reação urgente diante do acontecimento condensado.

Entretanto, as imagens 3 e 4, diferente das práticas consensuais de reiteração dos papéis das mulheres negras como vítimas do sofrimento da miséria, articulam sofrimento e agência, vulnerabilidade e organização política no Brasil e na Colômbia. Portanto, cria-se um campo visual que reconfigura aquilo que é reconhecível e aquilo que se torna pensável sobre a vida dessas mulheres. Deste modo, as quatro imagens operam não apenas como ilustrações, mas como um dispositivo crítico capaz de desestabilizar o olhar e produzir novos modos de ver.

Constatou-se que o cenário recente da fome no Brasil e na Colômbia, diante dos paradoxos da visibilidade de cenas de fome, são marcadores de desigualdade que instituem certos corpos como miseráveis, em uma lógica colonial. E pela violência colonial, os territórios foram segregados entre sujeitos dignos de receberem condições para uma vida plena e sujeitos indignos, cujas vivências ligavam-se à degradação de si (Teles, 2022).

Nos países da América Latina, há um paradoxo expresso pela ampla produção de alimentos em território nacional e a presença da fome endêmica. Nota-se uma relação entre a democracia e a fome, pelas relações econômicas que priorizam a exportação e o monopólio de uma indústria do agronegócio, ao invés do desenvolvimento de alternativas para a distribuição, produção e consumo de alimentos no país. Produzem-se alimentos, mesmo com a modernização da agricultura, com os “padrões de concentração fundiária, à custa da perda da biodiversidade, sem compromisso com o acesso à alimentação saudável, e gerando doenças e a crise climática” (Campello, 2022, p.13).

Cabe salientar a relevância de políticas públicas de fomento à sustentabilidade, à agricultura familiar e ao consumo de alimentos, principalmente pela valorização do salário-mínimo e pela facilitação de acesso às cestas básicas de alimentos são bases para que esses países alcancem suas soberanias alimentares. Ainda, destaca-se o valor da reexistência das mulheres camponesas brasileiras e colombianas, por oferecerem uma perspectiva crítica e transformadora, permitindo que comunidades devastadas recuperem agência, preservem culturas e territórios, e gerem formas alternativas de vida em consonância com suas relações ecológicas e sociais (Quintana, 2025).

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Mulheres negras são as mais afetadas pela insegurança alimentar, aponta relatório. **Agência Brasil**, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024/08/inseguranca-alimentar-e-maior-para-mulheres-negras-aponta-relatorio>. Acesso em: 26 de set. de 2025.

BACELAR, Tania. Josué de Castro, Geografia da fome e desafios do presente. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022, p.34-38. Disponível em: geografiadafome.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2022/07/DaFomeaFome.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

BARRETO, Ivana; et.al. Fome de informação: a cobertura insuficiente da insegurança alimentar no Brasil. **Observatório da Imprensa**, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/desafios-do-jornalismo/fome-de-informacao-a-cobertura-insuficiente-da-inseguranca-alimentar-no-brasil/>. Acesso em: 9 de jun. de 2023.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. N.1, p.13-33, 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em: 9 de jun. de 2023.

CAMPELLO, Tereza. Apresentação. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022, p.8-15. Disponível em: geografiadafome.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2022/07/DaFomeaFome.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2005, p. 80-87. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAYCEDO, Germán Castro. **Colombia amarga**. Bogotá: Planeta, 2015.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAO. Participación de las mujeres rurales en la producción agropecuaria. Colombia, **FAO/DANE**, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/1738363/>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

FAO. Cae inseguridad alimentaria en la zona urbana, pero persiste en zonas rurales y hogares vulnerables. **FAO en Colombia**, 22 maio 2025. Disponível em: https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/1738232/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 de set. de 2025.

FIAN Colombia. El gobierno de mujeres campesinas: una apuesta por la soberanía alimentaria. **Portal FIAN Colombia**, 2023. Disponível em: <https://fiancolombia.org/el-gobierno-de-mujeres-campesinas-una-apuesta-por-la-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

FRUTOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, 2021, p. 1-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LPHP93S94TgNtKbGtRZtDcs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de abr. de 2023.

GARCIA, Maria Fernanda. Ditadura Militar proibia imprensa de mostrar fome no país. **Observatório do Terceiro Setor**, 12 dez. 2022. Disponível em: observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-proibia-imprensa-de-mostrar-fome-no-pais/. Acesso em: 14 de abr. de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**: ensaios sobre a condição feminina e racial no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IBARRA, Elizabeth del Socorro Ruano; LOUREIRO, Cintia de Freitas Rodrigues; RUANO, Isabella Pacheco. Pandemia y feminización del hambre: fotoperiodismo sobre el trapo rojo en Colombia. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 24, n. 2, p. 66-83, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10358071.pdf>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A política das imagens e a pobreza. Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 6, n. 1, p. 38-55, 2017. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/289>. Acesso em: 29 de set. de 2025.

MINISTERIO DE IGUALDAD Y EQUIDAD; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Colombia da un paso histórico**: aprobado CONPES para la Política Nacional de Cuidado. Bogotá, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.minigualdadyequidad.gov.co/portal/Secciones/Sala-de-Prensa/399914%3AColombia-da-un-paso-historico-aprobado-CONPES-para-la-Politica-Nacional-de-Cuidado>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

MILLER, Karina M. Herrera. De/colonialidad alimentaria: Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 94, 2016, pp. 33-50. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/687>. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

MST. Terra, trabalho, direito de existir: mulheres em luta não vão sucumbir. **Portal MST**, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/08/terra-trabalho-direito-de>

-existir-mulheres-em-luta-nao-vaio-sucumbir/. Acesso em: 24 de set. de 2025.
MUÑOZ, Katherine. Ollas comunitarias en Cali: el cuidado que sostiene la vida. **Revista Crisis**, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://www.revistacrisis.com/multimedia-foto-reportaje/ollas-comunitarias-en-cali-el-cuidado-que-sostiene-la-vida>. Acesso em: 10 dez. 2025.

OLIVEIRA, Valeria. Mulheres do MST fazem doação de marmitas e alimentos em Londrina (PR). **Brasil de Fato**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/10/mulheres-do-mst-fazem-doacao-de-marmitas-e-alimentos-em-londrina-pr/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PARDO, Neyla Graciela. La representación de lo mensurable sobre la pobreza en la prensa Colombiana. **Discurso & Sociedad**, v.2, n.2, p. 394-421, 2008. Disponível em: <https://rua.ua.es/entities/publication/d562e662-ff46-47b7-a2de-22c172b57d22>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

POHL-VALERO, Stefan; DOMÍNGUEZ, Joel Vargas (orgs.). **El hambre de los otros: ciencia y políticas alimentarias en Latinoamérica, siglos XX y XXI**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2021.

QUINTANA, Laura. **Política de los cuerpos: emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière**. Barcelona: Herder, 2020.

QUINTANA, Laura. Más allá de la resiliencia y su lógica consensual: repensar la persistencia desde la politización del daño. **Argumenta Philosophica**, v. 2025, n. 1, p. 25-43, 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martin Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

RIOS, Federico. Inhabitants arte hanging red flags from their Windows as Symbol that they dont't have Money or food during the mandatory isolation for Covid-19. **Foto Evidence**. Disponível em: https://fotoevidence.com/book-award/2021/winner-covid-la-tam?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 de set. de 2025.

SANCHEZ-CÉSPEDES, L. M. et al.. Gender differences in the use of coping strategies to reduce food insecurity in Colombia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 8, p. e00252121, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RBVQyqqZJjGYCz-5V4KYXKZS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. de 2025.

SUDRÉ, Lu. Para combater a “pandemia da fome”, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos. **Brasil de Fato / Portal do MST**, 12 maio 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/12/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

SOUZA, Rafael Nascimento de; SABÓIA, Gabriel. Garimpo contra a fome: sem comida,

moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados. **O Globo**, 29 set. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803>. Acesso em: 24 de set. de 2025.

TELES, Edson Luís de Almeida. A revolta da fome: notícias sobre o quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político. **Antropolítica** - Revista Contemporânea De Antropologia, n. 54, v.2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/53253>. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

Recebido em: 29 set. 2025
Aprovado em: 26 nov. 2025